

A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA NO PARANÁ: CAMINHOS TRILHADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

THE DISCIPLINE OF ADAPTED PHYSICAL EDUCATION IN PARANÁ: PATHS TAKEN AT FEDERAL UNIVERSITY OF PARANÁ (UFPR)

Maria Eloisa de Oliveira
Pauline Peixoto Iglesias Vargas
André Mendes Capraro

Universidade Positivo, PR, Brasil
Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil

Resumo

O presente estudo buscou apresentar o processo histórico do desenvolvimento da disciplina de Educação Física Adaptada (EFA) na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e descrever suas relações com os egressos do curso de Educação Física, que vieram a atuar em instituições para pessoa com deficiência com o esporte paralímpico. A pesquisa possui caráter qualitativo e o método de investigação utilizado foi a História Oral Híbrida. Foram entrevistados três ex-alunos e a primeira professora da disciplina. A partir das análises percebeu-se que os entrevistados vivenciaram momentos distintos da implementação da EFA e contribuíram para a sua formação. O modelo de formação na graduação indicou a UFPR como ponto de partida para o mercado profissional.

Palavras-chave: Atividade Motora Adaptada. Esporte. Formação. História. Pessoa com Deficiência.

Abstract

The present study sought to present the historical process of the development of the Adapted Physical Education (EFA) discipline at the Federal University of Paraná (UFPR) and to describe its relations with the graduates of the Physical Education course, which it incorporated to work in institutions for people with disabilities with Paralympic sport. The research has a qualitative character and the research method used was Oral Hybrid History. Three former students and the first teacher of the discipline were interviewed. From the analysis It is summarized that the interviewees experienced different moments of the implementation of the EFA and contributed to their formation. The undergraduate training model indicated UFPR as a starting point for the professional market.

Keywords: Adapted Motor Activity. Sport. Formation. History. Disabled Person.

1 Introdução

Atualmente (2021), o esporte paralímpico do Brasil apresenta notoriedade no cenário Mundial, destacando-se recentes conquistas, como o resultado dos Jogos ParaPan-Americanos, mantendo-se em primeiro lugar nas últimas quatro edições de 2007, 2011, 2015 e 2019 (COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO, 2019). Sendo

o país considerado uma das maiores potências paralímpicas do mundo (BARRETO, 2016), percebe-se que o processo foi marcado por diferentes protagonistas, movidos por distintos objetivos e motivações. Dentre eles destacam-se atletas, alunos, professores, treinadores, gestores e espectadores que, conseqüentemente, atribuem diversos sentidos e significados ao esporte paralímpico (FERMINO *et al.*, 2018). Dessa maneira, a formação profissional inserida nesse seguimento apresenta-se como aspecto de análise fundamental para a compreensão das nuances desse sistema.

A partir da Resolução 03/87¹, o Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1987) apresentava como objetivo reestruturar os cursos de graduação em Educação Física (EF). Tal reestruturação, conseqüentemente, implicaria na alteração das disciplinas que compunham o currículo. Ressaltava-se a preocupação com a necessidade de formar um profissional de EF com competências para trabalhar com pessoas com “necessidades especiais”² (GOMES, 2007). A partir desse parecer iniciou-se um processo improvisado, da constituição da disciplina de Educação Física Adaptada³ (EFA) com limites em sua implementação, como ausência de objetivos claros, favorecendo o seu surgimento de forma isolada com poucas publicações sobre o assunto (SILVA *et al.*, 2012).

A literatura acerca do tema (GOMES, 2007; SILVA *et al.*, 2012; BARRETO, 2016) aponta que o profissional, o qual se deparou com o desafio de ministrar esta disciplina nova (à época), estava muitas vezes despreparado, sem conhecimentos suficientes e habilitação necessária para oferecer ao aluno um corpo teórico e metodológico sustentável. Outro agravante, era a falta de experiência na área da adaptada para docência nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Apesar dessas dificuldades encontradas no processo de implementação da disciplina de EFA (BORELLA, 2010), ela faz parte hoje de grande parte dos currículos dos cursos de graduação em EF no Brasil, sendo necessário avançar em estudos que possam levantar qual tem sido seu impacto para a formação profissional (SILVA *et al.*, 2012). Sobre isso, Silva e Drigo (2012), ao entrevistarem profissionais de EF, alertaram para as demandas do mercado de trabalho, as quais, na opinião deles, precisavam ser contempladas nas ementas curriculares do curso de EF, especificamente na disciplina de EFA, como: 1) aproximação da realidade prática e 2) ampliação de disciplinas que interajam com a aproximação dos objetivos em comum.

Diversos autores (CARVALHO *et al.*, 2017; RANZAN; DENARI, 2020; SILVA NETO *et al.*, 2020) indicam a importância de uma disciplina que trate especificamente da inclusão e das pessoas com deficiência, dentro da matriz curricular de graduação

1 Evidenciadas no parecer 215/87, parágrafo IV do artigo VI (BRASIL, 1987).

2 Atualmente (2020), o termo mais utilizado é Pessoa com Deficiência (PCD).

3 Optou-se EFA entendendo que é a mais utilizada para disciplina atualmente (2020), embora apareça com outras nomenclaturas afins.

em EF. O estudo de Carvalho *et al.* (2017) verificou que a disciplina foi capaz de alterar a percepção dos discentes sobre o tema, contribuindo para uma formação mais empática e inclusiva daquele grupo. Outros estudos indicam não apenas a disciplina de EFA, mas também a relevância de projetos de extensão e estágio específicos com essa população para a formação do professor/profissional de EF (BRANCATTI *et al.* 2017; RANZAN; DENARI, 2020).

Especificamente, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a disciplina é ofertada oficialmente desde 1998. Sendo que a UFPR é uma das mais antigas universidades que ofertam o curso de graduação em EF em Curitiba – PR (E-MEC, 2020).

Assim, partindo de uma perspectiva sócio histórica de análise com a utilização de fontes orais, este estudo tem como objetivo *apresentar o processo histórico do desenvolvimento da disciplina de Educação Física Adaptada na Universidade Federal do Paraná e descrever suas relações com os egressos do curso de Educação Física, que vieram a atuar em instituições para pessoa com deficiência com o esporte paralímpico*¹.

2 Método

A escolha metodológica a fim de responder ao questionamento supracitado é qualitativa de caráter exploratório, utilizando da História Oral Híbrida como procedimento historiográfico. Segundo Meihy e Holanda (2014) na História Oral pode haver o cruzamento das memórias relatadas pelos entrevistados com outras fontes, tais como documentos disponíveis, a fim de completar informações, tendo a clareza que: “A História Oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento[...]” (THOMPSON, 1998, p. 29).

Nesse procedimento se evidencia que: “[...] não há sentido social em História Oral de pessoas sozinhas” (MEIHY; HOLANDA, 2014, p.118), o que se revela é a importância de compreender as relações e a função atribuída aos entrevistados.

Consequentemente, a seleção dos participantes deste estudo foi determinada a partir dos seguintes critérios de inclusão: 1) experiência e relação com a EFA na UFPR; 2) ter sido técnico(a) ou gestor(a) do paradesporto; 3) ser citado em alguma das entrevistas realizadas pelos pesquisadores. Dentre os possíveis colaboradores foram escolhidos aqueles dispostos a narrar suas memórias e fornecer informações significativas com relação ao objetivo proposto. Sendo assim, foram selecionados quatro entrevistados: a professora, e três egressos do curso de EF da UFPR, conforme exposto brevemente no Quadro 1 a seguir:

¹ Esporte Adaptado são todos os esportes adaptados para pessoa com deficiência. Esporte Paralímpico, são todos os esportes que fazem parte do programa paralímpico.

Quadro 1 – Descrição dos entrevistados

ENTREVISTADOS	RELAÇÃO COM DISCIPLINA DE EFA	ATUAÇÃO PROFISSIONAL
Ruth Eugênia Cidade	Professora da disciplina de Educação Física Adaptada da UFPR (1998-2017)	Diretora de Esportes da ADFP (2017- 2018);
Shirley Sanches Yaegashi	Aluna da disciplina de EFA da UFPR (2011);	Experiência em estágio na Bocha Paralímpica (2005) em projeto da UFPR; Treinadora do time masculino de Basquete em Cadeira de Rodas na ADFP (2005-2019);
Tabea Epp Kuster	Aluna da disciplina de EFA da UFPR (2010);	Treinadora da Esgrima em cadeira de rodas na ADFP (2011 - atual); Técnica auxiliar da seleção brasileira de Esgrima em Cadeira de Rodas (2016- atual).
Darlan França Cielski Junio	Aluno da disciplina de EFA da UFPR (2001);	Técnico da seleção brasileira de bocha (2006-2016); Treinador de Basquete e Bocha na ADFP (2002 - atual)

Fonte: elaboração própria

Os entrevistados foram informados previamente sobre os procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹, autorizando a utilização do conteúdo gravado e, também, o uso de seus nomes. Tal uso é comum em pesquisas ancoradas na história oral, tendo em vista que trabalhos dessa natureza tem a intenção de recuperar o “[...] vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2013, p. 31). Para cada entrevista foi criado um roteiro semiestruturado, no sentido de embasar as perguntas que surgem naturalmente permitido pelo método da história oral (ALBERTI, 2004). O tempo das entrevistas variou de acordo com a disponibilidade dos entrevistados (tendo em média 1 hora e 20 min). As entrevistas foram realizadas de forma individual entre os anos de 2019-2020.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, conforme indicado por Portelli (1997, p. 27), “[...] a transcrição transforma objetos auditivos em visuais.”. Os procedimentos metodológicos referentes a transcrição foram baseados em Alberti (2004), no qual respeitou-se a fala oral e a gramaticalidade, prezando o conteúdo semântico das respostas, embora com ajustes para uma melhor leitura. Em seguida, foram encaminhadas por *e-mail* aos participantes, a fim de confirmar o seu conteúdo.

Os documentos complementares às entrevistas selecionados utilizados nessa pesquisa foram: 1) a legislação que regulamenta as exigências curriculares do curso de graduação em EF; 2) as ementas da disciplina de EFA do curso de EF da UFPR desde a primeira de 1998 a vigente; 3) documentos que trazem a realidade de outras instituições; 4) as atas de reuniões realizadas por professores no período inicial da formação da EFA disponíveis *online*.

¹ Informação suprimida para garantir anonimato na avaliação.

A análise se deu a partir do entendimento de Thompson (1998, p.26), isto é, a premissa de que “[...] a finalidade social da história requer uma compreensão do passado que direta ou indiretamente, se relaciona com o presente.” No caso, o percurso da disciplina de EFA e sua relação com os agentes no tempo presente. Para delimitação dos tópicos de investigação foi realizada uma análise de conteúdo, o que segundo Bardin (1979, p. 44), é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações, para explicitar e sistematizar o conteúdo de mensagens. É a busca dos significados, procurando conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre a qual se debruça”. Assim, aqueles que tiveram experiências acerca da temática puderam contribuir com suas vivências relatadas oralmente.

Dessa forma, foi possível adotar etapas mais específicas de análise, como as sugeridas por Braun e Clarke (2006): 1) familiarização com os dados; 2) codificação inicial; 3) busca de temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomeação de temas; 6) produção de relatórios. E, então, subtemas de acordo com as entrevistas, os quais, dois desses possíveis temas, serão detalhados a seguir por atenderem o objetivo do trabalho. A saber; “-É você, não tem outro”: a formação da disciplina de EFA sobre o olhar da professora; “-Eu não vou trabalhar com pessoa com deficiência”: da resistência a formação com EFA as lembranças dos egressos.

3 Resultados e Discussão

3.1 “É você, não tem outro”: a formação da disciplina de EFA sobre o olhar da professora

A formação inicial da disciplina de EFA foi investigada a partir da memória dos entrevistados como alternativa ampliada para interpretação das mudanças legais que aconteciam na época, isto é, compreendendo esses relatos como uma prática repleta de significados. Para tanto, recorreu-se a Professora Dra. Ruth Eugenia Amarante Cidade, formada em EF (1981) e Fisioterapia (1987) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ruth, iniciou a sua trajetória na docência universitária ainda em sua graduação (1986) em Fisioterapia, quando fazia especialização¹ e dava aulas de EF em escolas estaduais. Ela relata: “[...] Comecei a dar aula no ensino superior quando eu tinha 20 anos. Comecei bem cedo [...]” (CIDADE, 2020, p. 2). Esse relato é importante para entender o início da relação da professora com o objeto de estudo.

Além disso, Ruth fez parte como sócia fundadora em 1994 da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (Sobama), que surge como uma iniciativa para incremento de estudo e publicações na área, sendo uma das referências sobre a temática

¹ Ruth tornou-se especialista em treinamento esportivo pela UEL (1983), e, posteriormente, quando professora da UFPR, especialista em educação a distância pela UFPR (1999).

(SILVA *et al.*, 2012). Nas palavras dela: “[...] A Sobama foi fundada em 1994, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) em 1995, e quando nós fomos para as Paralímpiadas em 1996, o CPB vinha sendo auxiliado por um grupo de professores universitários [...]” (CIDADE, 2020, p. 14)¹. Indicando forte participação da professora nesse movimento inicial do esporte paralímpico.

Ao ser questionada como se deu o primeiro contato com a modalidade de adaptada, Ruth volta seu discurso a formação ampliada da EF², situação que permitiu “[...] trabalhar com tudo da Educação Física” (CIDADE, 2020, p. 3). E complementa: “[...] sempre trabalhei com populações especiais³ dentro da EF, junto com a fisioterapia.” (CIDADE, 2020, p. 3). Isso indica que suas primeiras experiências com a EFA se deram ainda na graduação. Contudo, o contato com EF para pessoas com deficiência (PCD), ocorreu a posteriori, em 1989, quando ministrava aulas de Ginástica pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e trabalhava em um projeto de extensão para populações especiais, já inserida na academia. Ruth relata, que o Chefe do Departamento havia a incumbido de ministrar a disciplina de EFA: “[...] Ruth já que você é formada em fisioterapia é você que vai dar aula para PCD [*parafraseando o Chefe do Departamento*]” (CIDADE, 2020, p. 5). Caso observado, não somente na UEL, mas como uma solução comumente encontrada pela maioria das universidades estaduais, a improvisação de um professor do próprio departamento para atuar com a disciplina (RIBEIRO; SGUISSARDI, 1996).

Ruth Cidade explica ainda que, inicialmente, houve várias nomenclaturas para a EFA, já indicando um processo rudimentar para a sua implementação: “[...] chamava-se Metodologia Especial da Educação Física [...]Tinha Educação Física Especial, Ginástica Especial[...]” (CIDADE, 2020, p. 5), tendo em vista que a interpretação, bem como a falta de entendimento corroborou para a diversidade de terminologias para disciplina (RIBEIRO; SGUISSARDI, 1996), o que, segundo Gonçalves *et al.* (2020), ainda é uma questão em discussão no tempo presente.

Reforça-se que, com a reestruturação dos currículos dos cursos de EF por meio da Resolução do Conselho Federal de Educação nº3 de 16 de junho de 1987, assomou-se ao documento à sugestão de novas disciplinas para compor o currículo. A partir desse momento, as IES começam a oferecer ao menos uma disciplina que abordasse questões relacionadas a PCD em suas matrizes curriculares (BORELLA, 2010). Evidenciado no pouco tempo de preparo que a professora teve para se adequar a demanda, nas

1 Entrevista cedida por Ruth Eugênia Amarante Cidade aos pesquisadores, no mês de maio de 2020, via plataforma *online*.

2 Licenciatura e bacharelado.

3A professora Ruth acompanhou e tratou de populações especiais como: pessoas obesas, grupo de diabéticos, gestantes, pessoas com problemas pulmonares. Ela explica: “A EFA como grande um grupo, ela trata das necessidades especiais. Então todos esses grupos estão nesse guarda-chuva, do que a gente chama de EFA.” (CIDADE, 2020, p.3).

palavras da professora: “[...] eles me deram seis meses, para eu estudar e me preparar.” (CIDADE, 2020, p. 5), revelando um imediatismo na área.

Nesse sentido, a Portaria nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994, publicada na forma de recomendação no Diário Oficial da União pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto, indicava a necessidade de complementar os currículos dos profissionais que atuam com PCD. Porém, somente em 2004, com as Diretrizes Curriculares para o Curso de EF, assegurou-se às IES a possibilidade de estabelecer os seus currículos de acordo com as peculiaridades regionais. Dessa forma, com a resolução nº 7 de 31 de março de 2004, as questões ficam instituídas, destacando-se a incumbência de formar um profissional com competências e habilidades para atuar com a PCD (BORELLA, 2010).

A professora Ruth Cidade iniciou uma busca por cursos e materiais que pudessem colaborar com a construção da disciplina, embora, segundo ela, “[...] não havia nada” (CIDADE, 2020, p. 5), revelando dificuldades para coleta de material que pudesse dar fundamentação à disciplina. Nessa perspectiva, é importante relevar que havia algumas exceções¹. Cidade ressalta uma apostila, em forma de separata², escrita pela professora Verena Junghahnel Pedrinelli³, a qual contribuiu: “[...] Ali [na apostila] eu me baseei para poder montar a disciplina, então eu entro na disciplina em 1989, como a maioria dos professores da área entrou, por acidente, do tipo assim: ‘- É você, é você não tem outro[...].’” (CIDADE, 2020, p. 5).

Assim, com uma escassez de materiais, foi necessário produzir, ressaltando nesse momento a parceria com outros professores: “A gente montou um artigo[...] era como se fosse uma orientação de como você poderia ministrar a disciplina dentro dos cursos de graduação.” (CIDADE, 2020, p.5). Nessa esteira começam a surgir no país, as primeiras publicações acerca do tema, dentre elas o trabalho em conjunto com a professora Patrícia Silvestre de Freitas⁴ em 1997, com a publicação do livro para área da adaptada “Noções sobre educação física e esportes para pessoas portadoras de deficiência: Uma abordagem para professores de 1º e 2º”. Seguidamente em 2002, o livro “Introdução à educação física e ao desporto para pessoas com deficiência”. Produções que revelam não somente a iniciativa, mas as transformações, sobretudo, como eram trabalhadas as questões para a PCD e o esporte.

1 Em 1946, existe o registro de obras publicadas por Inezil Pena Marinho e outras duas em 1980 com o Apoio do Ministério da Educação e Cultura - MEC (SILVA, et al, 2012).

2 Nas palavras da professora Ruth: “[...] Era um documento com uma capa, que tem um valor certo [...] e eu encontrei em forma de *separata*.” (p.5)

3 Foi docente responsável pelas disciplinas de EFA e Prática de Ensino na USP (durante 10 anos) e pela disciplina de Educação Física e Esportes Adaptados na USJT (durante 22 anos). Participou da fundação e de várias gestões da SOBAMA (Fonte: Lattes. Cnpq).

4 Conquistou o mestrado em EF pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2003). Atuou como professora adjunta da Universidade Federal de Uberlândia. Com experiência na área da EF com ênfase em EFA (Fonte: Lattes. Cnpq).

É possível notar que as memórias da professora Ruth Cidade se encruzam com a de outros professores que vivenciaram esse início do movimento nas IES. Ruth rememora:

[...] nós fomos em um grupo de 12 professores de universidades do Brasil, e nós fomos à Atlanta (1996). Então foi a primeira vez que eu vi uma Paralimpíada, foi a primeira vez [...] ninguém conhecia em 1996, ninguém, nem os professores, a maioria de nós nunca tinha ido [...]. (CIDADE, 2020, p. 6).

É importante frisar que o movimento do esporte adaptado no Brasil iniciou por volta dos anos 1950, com a fundação do Clube do Otimismo no Rio de Janeiro e o Clube dos Paraplégicos em São Paulo (CPSP). Em 1958, a principal modalidade praticada nesses locais era o Basquete em Cadeira de Rodas (HILGEMBERG, 2019; BEGOSSI *et al.*, 2019).

Este período foi marcado pelo caráter amador do esporte paralímpico, justificado pela falta de sistematização em âmbito governamental, que desse uma orientação (BEGOSSI *et al.*, 2019). Cenário que começou a ser desvelado lentamente em 1975, com a criação da Associação Nacional de Desportos de Deficientes - ANDE (BEGOSSI *et al.*, 2019) e outras associações¹. Congruentemente com a inserção de conceitos como o de inclusão, nos documentos para PCD nos anos 1980 (FACUNDO *et al.*, 2019). E, mais tarde, com a Criação do CPB em 1995, onde as ações passam a ser centralizadas objetivando o crescimento do esporte paralímpico². Assim, gradualmente, o CPB foi instaurando-se em âmbito Nacional, conquistando espaço no campo esportivo (BEGOSSI; MAZO, 2016).

Desse modo, reforça-se a importância de compreender essas mudanças históricas por meio da participação dos vários agentes que se esforçaram para o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil. Dentre eles, estão os atletas brasileiros, que nos últimos anos compartilharam suas memórias por meio de entrevistas com a utilização do método da História Oral, registrando suas percepções sobre esse acontecimento (BEGOSSI; MAZO, 2016; CARMONA; LEDUR; MAZO, 2016; BEGOSSI, 2019). A título de exemplo, o atleta Claudio Araújo relata em sua entrevista o quão difícil foi dedicar-se ao esporte durante sua formação inicial (LEDUR; ASSMANN; MAZO, 2016). Memórias como essa ajudam a compreender o momento histórico estudado, sob a ótica dos diferentes personagens.

Nesse sentido, a história acadêmica da professora Ruth Cidade acompanhou os avanços históricos da disciplina de EFA na UFPR. Ela ressalta que a partir dos

1 “Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas – ABRADCAR (1984); Associação Brasileira de Desporto para Cegos – ABDC (1984); Confederação Brasileira de Desporto para Surdos – CBDS (1987); Associação Brasileira de Desporto para Amputados – ABDA (1990)” (BEGOSSI *et al.*, 2019)

2 Esporte paralímpico segundo Winnick (2004), pode ser considerado toda prática criada ou modificada, a partir de modalidades de alto rendimento, para suprir as necessidades das pessoas com deficiência, a partir de mudanças realizadas nas regras, nos fundamentos ou na estrutura da modalidade em questão.

anos 1990 foi necessário um maior domínio sobre o assunto “[...] eu fui aprimorando [...]” (CIDADE, 2020, p. 8). A formação da professora se estendeu para o mestrado que iniciou em 1996 e, posteriormente, o doutorado conquistado em 2004, ambos realizados na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A escolha dessa universidade se deu pelo fato desta ser o único lugar das Américas (na época), que tinha a linha específica para estudos na área da PCD o “[...] Programa de Pós-graduação na área da Adaptada.” (CIDADE, 2020, p. 2). Assim, a professora afirma que, em termos de formação, foi a primeira professora formada com mestrado “[...] para área, na região do estado do Paraná.” (CIDADE, 2020, p.10).

Ainda sobre a trajetória, em 1994, a professora Ruth foi admitida na UFPR, onde iniciou o projeto de extensão intitulado “Projeto de Extensão Universitária Atividade Motora Adaptada para Pessoas com Deficiência”. Ela conta que o primeiro grupo atendido foram crianças cegas da ginástica artística. Ruth foi gestora do projeto entre os anos de 1994 a 2017, quando se aposentou. O projeto contou com a parceria da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná (ADFP)¹ e com o apoio de uma entidade privada. O principal objetivo era proporcionar a prática esportiva para PCD, visando o suporte para o desenvolvimento das atividades, a UFPR disponibilizava alunos voluntários ligados à disciplina de “Introdução à Educação Física Adaptada”, também ministrada por Ruth, a primeira professora da disciplina (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2016).

Sobre a ADFP, fundada em 1979, trata-se de uma organização do terceiro setor, que tem como objetivo principal a assistência e a reabilitação de PCD. Além de contribuir com uma iniciativa de incremento ao paradesporto, seja por lazer ou rendimento, possibilitando a formação de atletas medalhistas paralímpicos (ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ, 2020).

Quando questionada sobre as motivações para continuar na área, Ruth Cidade ressalta: “[...] Eu queria ser professora de EFA, eu não queria mais ser a professora de Ginástica.” (CIDADE, 2020, p.15). Assim, quando começa a ministrar suas aulas na UFPR, ela relata ter conseguido uma representatividade, a qual não teve na UEL: “[...] Então, ali eu comecei a ser a professora de adaptada, eu me dediquei a isso.” (CIDADE, 2020, p. 16). Segundo Pollak (1992), a memória também é um fator importante para os sentimentos de continuidade e coerência, na reconstrução individual ou coletiva, dessa forma, a memória auxilia na reconstrução de si, portanto, é considerada elemento fundamental na constituição de identidade. Sendo assim, a professora, firmou a sua identidade como professora de EFA.

Tal relação fica mais evidente quando a professora se mantém envolvida com o esporte adaptado, mesmo após a aposentadoria, já que, em 2017, tornou-se Diretora

¹ Para saber mais: <http://adfp.org.br/>.

de Esportes da ADFP, na qual atuou até março de 2019. Destacando-se nesse momento de sua carreira, exposto em sua fala, a sua relação com os seus alunos do Projeto de Extensão desenvolvido na UFPR. Justificando os entrevistados identificados nesse trabalho, ela conta:

[...] por exemplo uma das técnicas da seleção brasileira de Esgrima em Cadeira de rodas foi minha aluna, que é a *Tabea Epp Kuster*, que é técnica da ADFP. O *Darlan França Ciesielski Junior* que é a pessoa de referência, foi meu aluno, eles foram meus estagiários, desde o projeto de extensão, meus monitores pessoas que se destacaram tenho maior orgulho deles. A *Shirley Sanches Yaegashi*, que é do Basquete em Cadeira de rodas, ela escolheu o Basquete, mas ela ensina esgrima na escola, ela também sempre se dedicou na Bocha, como arbitro também, a gente acabou dentro do curso de Educação Física fazendo e dando um grande incentivo e trazendo assim grandes profissionais para área, isso é uma coisa incrível, que tem a ver com a formação [...]. (CIDADE, 2020, p. 18, grifo nosso.)

Essas relações serão descritas com mais detalhes no próximo subtópico. Contudo, já pode ser observado que existe uma relação da graduação em EF com a atuação profissional dos citados pela entrevistada, bem como, a professora Ruth Cidade, destacando-se como formadora de uma geração de técnicos que vieram a atuar com o paradesporto.

3.2 “Eu não vou trabalhar com pessoa com deficiência”: da resistência a formação com a EFA as lembranças dos egressos

Apesar das iniciativas positivas realizadas por professores que participaram do prelúdio da EFA, a fala dos entrevistados revelou conturbações para a adequação das normativas da disciplina, como a própria aceitação no meio acadêmico. A professora Ruth Cidade rememorou: “[...] As disciplinas não eram obrigatórias, elas eram optativas, quando elas entraram, havia essa possibilidade nos currículos.” (CIDADE, 2020, p. 10). É fato, pois com a resolução 03/87, definia-se um currículo mínimo e as disciplinas poderiam aparecer de maneira obrigatória ou optativa (BORELLA, 2010). Exemplificando, em pesquisa realizada por Cidade, Freitas e Pedrinelli (2001), foram mapeadas pelo Brasil 38 IES com disciplinas de EFA. Os resultados indicaram que em apenas uma a disciplina era optativa. Passos que já vinham sendo dados desde o ano de 1981, escolhido para ser o Ano Internacional da PCD, além dos direitos assegurados pela Constituição Brasileira de 1988 e as necessidades educacionais abordadas na Declaração de Salamanca em 1994.

Nesse ponto, tamanho era o desinteresse e resistência por parte dos alunos que a professora relata que fazia propaganda da disciplina, distribuindo *folders*, por que os alunos não queriam realizá-la: “[...] as pessoas falavam: “- Eu não vou trabalhar com pessoa com deficiência’.” (CIDADE, 2020, p.10). Também foi possível observar esse conceito na fala do entrevistado Darlan França Ciesielski Junior, que estudou na UFPR, entre os anos de 1997 a 2001, e participou desse período inicial de implementação

da EFA, porém, sobre outra perspectiva. Como aluno, ele lembra: “[...] Então, ali (1997-2001) a galera meio que fugia de pessoas com deficiência ainda.” (CIESIELSKI, 2020, p.4)¹, ressaltando como se deu a recepção por grande parte dos alunos, que não entendiam quais as intenções da disciplina de EFA no currículo.

Essa limitação não foi observada somente no meio acadêmico (graduação). Ruth conta como suas tentativas de falar sobre inclusão para professores de EF graduados tiveram muitos percalços, em suas palavras:

[...]Eu fiz uma palestra na Biblioteca Pública, em 1997, e eu vou dizer uma coisa para você se eles tivessem tomate, repolho eles tinham jogado em mim. Foi horrível, a recepção foi péssima, entendeu, *eu passei praticamente o dia todo tentando convencê-los* mostrando o que estava acontecendo fora do país, para convencê-los de que não havia volta, de que a inclusão seria necessária [...]. (CIDADE, 2020, p.10, grifo nosso).

Esses encontros eram, muitas vezes, oportunizados pela Secretaria do Estado somente via Educação Especial, o que não era o ideal, afinal, tratava-se de EF e esporte para PCD, onde as intenções eram de explicar ao grande grupo da Educação Física. O que demonstra fragilidades para execução, e essa dificuldade de acesso aos cursos se deu, provavelmente, pela EF apresentar um modelo no qual a PCD não se encaixava, reforçando a separação dessas áreas (BEGOSSI; MAZO, 2016).

Para a professora Ruth Cidade: “[...] Não foi fácil ser professora de adaptadas em um lugar que não tem [*adaptadas*]” (CIDADE, 2020, p.16). Contudo, mesmo com as dificuldades do processo de implementação, os alunos entrevistados, que hoje atuam com o esporte para PCD, rememoram os primeiros contatos ainda com a disciplina EFA na graduação, ministradas pela professora.

A atual técnica de Esgrima em Cadeira de Rodas na ADFP, Tabea Epp Kuster, teve seus primeiros contatos com a EFA como voluntária da equipe de Bocha Paralímpica do Projeto de Extensão no Departamento de Educação Física da UFPR. Sobre a Esgrima em Cadeira de Rodas ela reforça:

[...]Quando a gente fala sobre Esgrima em Cadeira de Rodas aqui, a gente tem que lembrar quem trouxe a Esgrima para cá, que foi o *Darlan Ciesielski e a Ruth Eugenia Cidade, em 2004*, e agradecer a eles, pelo trabalho que desenvolveram e a gente pode tomar o gancho e continuar [...]. (KUSTER, 2002, p.12, grifo nosso).²

É importante frisar que a Esgrima em Cadeira de Rodas no Brasil é um esporte recente, com suas iniciativas a partir dos anos 2000 (CARMONA; LEDUR; MAZO, 2016), indicando o pioneirismo da professora e, seu aluno, Darlan para a formação da modalidade da Esgrima em Cadeira de Rodas em Curitiba - PR.

1 Entrevista cedida por Darlan França Ciesielski Junior aos pesquisadores, no mês de julho de 2020, via plataforma *online*.

2 Entrevista cedida por Tabea Epp Kuster aos pesquisadores, no mês de julho de 2020, via plataforma *online*.

Dentre os entrevistados, Darlan Ciesielski foi o primeiro a cursar a disciplina de EFA, e se tornou monitor do projeto em 1997. Presenciou a formação das modalidades, tais como a Bocha (em 2002), o Basquete em Cadeira de Rodas, o Atletismo e a Natação, anos mais tarde na UFPR. Sobre a disciplina de EFA ele aponta: “[...] Foi uma disciplina bem abrangente” (CIESIELSKI, 2002, p. 3). Nesse sentido, sobre a ementa do curso na UFPR, de 1998 a 2002, era abordado: “Aspectos históricos, conceitos sociais da deficiência, interdisciplinaridade, integração, características das deficiências e possibilidade de atuação profissional” (PARANÁ, 1998, p.1). A partir da análise dos documentos, percebeu-se que não houve maiores mudanças dessa ementa no decorrer dos anos, considerando que, de maneira geral, tratava-se de uma introdução à EFA.

Darlan rememora como se deu o início do projeto. As ações desenvolvidas englobavam o chamado “Dia Paralímpico da ADFP”, em que os monitores e voluntários, faziam contato com escolas e alguns alunos da UFPR para conhecer a modalidade e despertar o interesse. Sobre isso o entrevistado indica que: “[...] O convite mais efetivo é o do atleta para pessoa que não conhece a modalidade.” (CIESIELSKI, 2020, p. 3). Ele comenta que foram realizadas algumas visitas em hospitais de reabilitação, com o intuito de chamar integrantes para a equipe, além dos próprios pacientes da ADFP. Sobre os treinos, ele conta: “[...] Como não existia nada escrito na modalidade, a gente começou a desenvolver um protocolo de treinamento para Bocha.” (CIESIELSKI, 2020, p.4).

Darlan, em 2006, tornou-se treinador da Seleção Brasileira de Bocha. É interessante ressaltar que, em 1996, a cidade de Curitiba teve grande importância no fomento e popularização da Bocha Paralímpica, com o professor de Educação Física Ivaldo Brandão Vieira, na época diretor técnico da ANDE que lançou o projeto “Boccia para Portadores de Paralisia Cerebral Severa”, iniciativa que se estendeu para outros estados (AMÂNCIO, 2018).

Posto isso, ainda sobre o processo de formação, a entrevistada Shirley Sanches Yaegashi, que participou do projeto em 2005, também se refere ao primeiro contato com a EFA por meio do projeto de extensão como aluna da UFPR: “[...] Eu fui uma tarde lá na UFPR, e aí estava tendo Bocha Adaptada. Ela [*Cidade*] me apresentou o professor Darlan [...]” (YAEGASHI, 2019, p. 02).¹ É possível observar nessa frase mais relações entre os entrevistados, ainda nesse processo inicial. Em outro momento Shirley Yaegashi retoma alguns conceitos trabalhados na disciplina de EFA: “[...] Então isso me marcou esses pequenos detalhezinhos que ela [*Cidade*] foi passando durante a aula.” (YAEGASHI, 2019, p. 5), tais como abordar a PCD e como se comunicar com o atleta. Assim, confirma-se que o contato com mentores/professores no início da carreira é fundamental para o auxílio de novos treinadores nas questões de atletas com deficiência (FACUNDO *et al.*, 2019). Sobretudo, reforça aspectos sobre os quais

1 Entrevista cedida por Shirley Sanches Yaegashi aos pesquisadores, no mês de abril de 2019, em Curitiba-PR.

a EFA, estava sendo trabalhada, como o desenvolvimento e promoção de competências e habilidades dos acadêmicos na prática (SILVA *et al.*, 2012).

Todos os entrevistados tiveram formação inicial em EF, corroborando com Milistetd (2018) que afirmam que a formação em EF é um dos principais caminhos para se tornar um treinador. Nessa direção, a entrevistada Tabea Kuster complementa sobre as contribuições que a EFA e o projeto de extensão apresentaram para a sua trajetória: “[...] Através da disciplina, a professora [*Cidade*] foi apresentando um pouquinho do projeto de extensão, e eu consegui ingressar com ela nisso, e aí, é claro, com a disciplina eu já fui fazendo trabalhos e pesquisas nessa área.” (KUSTER, 2020, p. 3). Sobre isso, Facundo *et al.* (2019) ao analisar a trajetória profissional de treinadores no contexto do esporte paralímpico, demonstrou que, apesar da pluralidade de experiências durante a graduação, 42,9% dos treinadores consideraram o estágio supervisionado em esportes paralímpicos vital para o desenvolvimento profissional. Criando, assim, um ambiente favorável para o desempenho esportivo, como os conhecimentos sobre a deficiência.

Os primeiros contatos com a disciplina da EFA, na formação inicial dos entrevistados foram brevemente apresentados nos parágrafos anteriores. Ainda assim, foi possível observar que algumas lacunas foram preenchidas somente com a prática profissional. Darlan Ciesielski conta: “[...] Por mais que a gente tivesse na aula da professora Ruth e tal, mas quando você chega na prática você começa a ter as dúvidas, e aí nas dúvidas você vai ter que buscar conhecimento.” (CIESIELSKI, 2020, p.4). Nesse sentido, tornou-se necessário comentar a respeito das significações que os entrevistados trazem dessa época e o que foi apropriado em seus afazeres profissionais. Surge o questionamento: os conhecimentos adquiridos durante a graduação contribuíram para vivência profissional no ambiente do paradesporto? Segundo Ramos (2013), o professor e/ou, treinador, deve possuir características conquistadas ao longo de uma vivência prática, condicionando as circunstâncias em seus ambientes. Baccioti (2019) complementa, reforçando que muitas vezes pode-se recorrer à tomada de decisões a partir de experiências anteriores como atleta.

A técnica Shirley Yaegashi que atuou com o Basquete em Cadeira de Rodas na ADFP até o ano de 2019, rememora: “[...] eu fui atleta de basquete durante muito tempo da minha vida, joguei pela escola onde competi, onde eu estudava, e eu entrei focada em trabalhar com isso.” (YAEGASHI, 2019, p.1). Apresentando que as suas experiências como atleta refletiram na escolha da modalidade em que viria a trabalhar. Embora, em outro momento da entrevista retornasse ao passado, sobre outra perspectiva, quando relembra como o seu técnico de basquete a tratava: “[...] porque a minha história no basquete foi com técnicos linha dura [...]” (YAEGASHI, 2019, p. 7). Assim, justificase, como um possível referencial técnico que ela viria a tornar para seus atletas, agora, no Basquete em Cadeira de Rodas.

Ainda sobre a escolha profissional, a treinadora Tabea Kuster, relata que seus motivos para entrada na graduação retornaram a sua experiência como atleta:

[...] Eu entrei na graduação, porque eu já gostava de praticar esportes, eu joguei vôlei nos Jogos Escolares, em Jogos Abertos, em Jogos da Juventude, [...], então eu queria muito trabalhar como técnica dessa área, talvez no vôlei ou em alguma outra modalidade [...]. (KUSTER, 2020, p. 1)

Quando identificado a possibilidade de se tornar técnica no paradesporto, a entrevistada rememora, que isso foi possível, por meio do contato com a Bocha Paralímpica e outras atividades que aconteciam no projeto da UFPR. Ela conta: “[...] Em 2011, assim que eu me graduei, eu fui efetivada na ADFP, para fazer parte da iniciação esportiva” (KUSTER, 2020, p.3).

Em 2014, como técnica da ADFP, Tabea Kuster assumiu a equipe de Esgrima em Cadeira de Rodas, ela relata que começou a treinar e a competir pela modalidade da Esgrima: “[...] Então nesse mesmo tempo, eu me tornei atleta da Esgrima, dessa forma eu consegui ajudar eles mais tecnicamente, porque eu fui me capacitando na Esgrima como um todo.” (KUSTER, 2020, p.4). De maneira símile, a Professora Ruth Cidade, quando trabalhou com a modalidade, relata que recorreu às experiências como atleta: “[...] Quanto a metodologia, eu trabalhava no treino aquilo que eu aprendi como atleta de Esgrima” (CIDADE, 2020, p. 20).

Além disso, em 2016, Tabea Kuster passou a ser convocada para treinamentos e Copas do Mundo da Seleção Brasileira de Esgrima em Cadeira de Rodas, na qualidade de técnica auxiliar.

Ainda sobre o desenvolvimento profissional, o técnico Darlan Ciesielski conta que, em questão de meses, pôde participar de um processo importante da modalidade, nas suas palavras:

[...] Foi em 1997, logo na graduação a gente tinha um projeto de basquete em cadeira de rodas e eu fui atleta de basquete[...]isso em *julho de 1997*[...]E em *dezembro* a gente foi para o Campeonato Brasileiro, lá em Goiânia, onde foi fundada a Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas, a gente participou desse processo, foi bem bacana [...]. (CIESIELSKI, 2020, p.1, grifo nosso).

Pode-se identificar aqui a rapidez da entrada no mercado de trabalho, com uma relação pontual com a UFPR e o Projeto de Extensão Universitária Atividade Motora Adaptada para Pessoas com Deficiência. Esses apontamentos relatados pelos entrevistados auxiliam a compreensão da dinâmica que se estabeleceu sobre as influências da formação da EFA, sobretudo, da relação da professora e os seus alunos no tempo presente. Nas palavras da Ruth Cidade:

[...] Maior orgulho de contribuir para formação e eu acho que esse é o papel da Universidade, mesmo com tanta dificuldade tanta crítica, porque nós vivemos um

momento bem difícil, qualquer coisa que quer fazer tira adaptadas, tem que brigar para adaptada ser obrigatória, onde já se viu isso? *Até que enfim entenderam*, mas teve uma grande briga [...]. (CIDADE, 2020, p.19, grifo nosso).

Indicando que os percursos que foram apresentados não foram fáceis, contudo, os caminhos se estenderam para possibilidades e um maior destaque para abrir questões em discussões sobre a PCD.

4 Considerações Finais

A partir dos dados levantados nas entrevistas com as fontes foi possível investigar histórias a respeito da formação da disciplina de EFA na UFPR, com o olhar da professora que participou do seu prelúdio, abrindo o diálogo com os alunos que a cursaram e atuaram em instituições com o esporte para PCD como técnicos. Vale destacar que a escolha profissional se deu, provavelmente, por conta das experiências positivas que tiveram nesse momento da graduação.

Em síntese, percebeu-se que os entrevistados vivenciaram momentos distintos da implementação da EFA na UFPR e que contribuíram para a sua formação. Reconheceu-se que a disciplina esteve e continua em processo de reestruturação, como a própria graduação em EF. O modelo de formação indicou a UFPR como ponto de partida para o mercado profissional paranaense, sendo os primeiros contatos realizados com essa população por meio dos voluntariados e monitorias no projeto de extensão da UFPR em parceria com as instituições de reabilitação, com destaque a ADFP com as atividades desenvolvidas para a comunidade.

Considera-se que o processo de formação desse profissional, não foi oriundo somente da disciplina específica e, sim, da participação com o esporte e a PCD de forma prática, reforçando aspectos da relação teoria e prática, ampliando assim, os conhecimentos sobre as especificidades dessa área, bem como as próprias barreiras pessoais dos técnicos que viriam atuar com o paradesporto, assunto que não foi aprofundado nesse trabalho.

Tratar das fontes orais, partindo das memórias de quem as vivenciou além de ser um exercício constante, trouxe à tona versões do processo de formação da disciplina de EFA na UFPR. Nesta perspectiva, é de suma importância ampliar em estudos que possam rever os objetivos das disciplinas na graduação e se, de fato, elas trazem o que os alunos precisam para atuação profissional, proporcionando ferramentas para que os futuros profissionais sejam capazes de se posicionar assertivamente diante a diferença. Ressalta-se, ainda, a importância de registrar e contemplar as memórias de pessoas, assim como as mencionadas nesse trabalho, que ajudaram a construir o esporte paralímpico no Brasil, tornando-o mais acessível.

Compreender os passos desse processo histórico, nos auxilia a entender e rever as particularidades desse processo, desde a forma em que se consome e trabalha com o esporte adaptado, além de valorizar o personagem professor e a importância de sua relação assertiva com o aluno.

Referências

- ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMÂNCIO, D. A bocha adaptada: fazendo a diferença por meio da inclusão no esporte. *Arquivos de Ciências do Esporte*, v. 7, n. 2, 2020.
- BACCIOTTI, S. et al., *Seleção em ginástica artística feminina no Brasil*. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 51-58, Mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132892019000100051&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Fev. 2020.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARRETO, M. A.; DE ALMEIDA, J. T. G. História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinariedade, XIII Encontro Nacional de História Oral, Mai, 2016, Rio Grande do Sul. *Considerações Sobre As Condições Histórico-Sociais Dos Atletas Paralímpicos Medalhistas De 1976 A 1992*. Associação Brasileira de História Oral, 01 – 15, 2016.
- BEGOSSI, T. D.; MAZO, J. Z. *O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal*. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 2989-2997, Out. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016001002989&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Jul. 2020.
- BEGOSSI, T. D.; MAZO, J.Z. XIII Encontro Nacional de História Oral, Mai, 2016, Rio Grande do Sul. *Uma história oral das mulheres pioneiras no atletismo paralímpico brasileiro*. Associação Brasileira de História Oral, 01 – 16, 2016.
- BEGOSSI, T. D; et al. O basquetebol em cadeira de rodas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 33, n. 1, p. 29-37, 2019.
- BORELLA, D. R. *Atividade Física Adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física*. 2010. 166 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- BRANCATTI, Paulo Roberto et al. História de vida de pessoas deficientes físicos que participam nos projetos de basquete sobre rodas e atletismo adaptado. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 18, n. 2, 2017.
- BRAUN V.; CLARKE V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, online*, vol. 3, 3:2, 77-101, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology. Acesso em: 11 jun. 2020.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução 003, 1987.
- CARMONA, E. K.; LEDUR, J.A; MAZO, J.Z. *Memórias de um esgrimista*. *Conexões*, v. 14, n. 2, p. 165-175, 2016.
- CARNEIRO, K. T.; DA SILVA, B. A. R.. O desenvolvimento do curso de licenciatura em educação física da UFLA: o que nos diz a história oral temática?. *Revista Pensar a Prática*, v. 1980, p. 6183, 2020.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S.; PEDRINELLI, V. J. In: Revista da SOBAMA: *Temas em Educação Física Adaptada*, p. 86-91, 2001.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). Comitê Paralímpico Brasileiro convoca a maior delegação da história para os Jogos Parapan-Americanos de Lima. *Comitê Paralímpico Brasileiro*, [S. l.], p. 1, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/2434/comite-paralimpico-brasileiro-convoca-a-maior-delegacao-da-historia-para-os-jogos-parapan-americanos-de-lima>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CARVALHO, C. L. *et al.* Percepção dos discentes de Educação Física sobre a inclusão escolar: reconstruções por intervenção na formação inicial. *Motrivivência*, v. 29, n. 50, p. 153-169, 2017.

E-MEC. Cadastro de Instituições e Cursos do Ensino Superior. 2020. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastr/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTcx/c1b85ea4d704f246bcced664fdaeddb6/RURVQ0HHw08gRs1TSUNB>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FACUNDO, L. A. *et al.*, Trajetória profissional de treinadores no contexto do esporte paralímpico. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, vol. 25, 25-34, 2019.

FERMINO A. L. *et al.*, Esporte paralímpico: análise da produção de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Educação Física. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento. Online*, vol. 26, n 3, 165-177, 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/7308>. Acesso em: 07 jun. 2020.

GOMES, N. M. *Análise da disciplina de educação física especial nas Instituições de Ensino Superior públicas do estado do Paraná. 2007. XXf.* Tese (Doutorado em Educação Física) -Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GONÇALVES, V. O.; LEITE, Sabrina T.; DUARTE, E. A Educação física adaptada no currículo de formação em educação física. *Itinerarius Reflectionis*, v. 16, n. 3, p. 01-15, 18 abr. 2020.

HILGEMBERG, T. Jogos Paralímpicos: História, Mídia e Estudos Críticos da Deficiência *Recorde: Revista de História do Esporte, online*, vol. 12, 1. 1-19, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25663>. Acesso em: 13. Mai. 2020.

LEDUR, J. A.; ASSMANN, A. B.; MAZO, J. Z. XIII Encontro Nacional de História Oral, Mai, 2016, Rio Grande do Sul. *Um pioneiro do basquetebol em cadeira de rodas brasileiro: o percurso esportivo de Cláudio Araújo*. Associação Brasileira de História Oral, 01 – 14, 2016.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História Oral: como fazer, como pensar*. 2ed. 3º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

MILISTETD, M. *et al.*, Student-coaches perceptions about their learning activities in the university context. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 281287, Set. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132892018000300281&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Fev. 2020.

PARANÁ. Plano de Ensino disciplina Introdução à Educação Física Adaptada, ficha n 1 – 10 de fev. de 1998 – *Universidade Federal do Paraná, Departamento de Educação Física*. p.1. 10 de fev. 1998.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.5, n.10, p.200-215, 1992

PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História. São Paulo, 14. fev. 1997.

RAMOS, V.; BRASIL, V. Z.; GODA, C. O conhecimento pedagógico para o ensino do surf. *Rev. educ. fis. UEM*, Maringá, v. 24, n. 3, p. 381392, Set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198330832013000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Fev. 2020.

RANZAN, Mayara Erbes; DENARI, Fátima Elizabeth. Disciplina específica para pessoas com deficiência e demais disciplinas nos cursos de educação física. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, p. 52194-52201, 2020.

RIBEIRO, S. M.; SGUISSARDI, V. *A disciplina educação física adaptada nas universidades estaduais do paraná: legalidade e improvisa o*. Revista da sociedade brasileira de atividade motora SOBAMA. p. 12, 1996.

SILVA, C. S. da; NETO, S. de S.; DRIGO, A. J. A educa o física adaptada nos registros da revista da sociedade brasileira de atividade motora adaptada no período de 1996 a 2007. *Revista da SOBAMA. São Paulo*, v. 13, n. 1, 01-05, Jun. 2012.

SILVA, C.S. da; DRIGO, A. J. *A Educa o Física Adaptada. Implica es Curriculares e Forma o Profissional*. São Paulo: Cultura Acad mica, 2012.

SILVA NETO, A. de O.; SOUZA, L. M. V.; LIMA JÚNIOR, C. M. A.; PINTO, D. N.; SANTOS, J. R. dos.; AMORIM, S. S.. Physical Education, teacher training and inclusion. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e4749108726, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8726.

THOMPSON, P. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). UFPR, desenvolve atividade esportiva para pessoas com deficiência. *UFPR*. 29 jan. 2016. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfufr/noticias/ufpr-desenvolve-atividade-esportiva-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 19 set. 2020.

WINNICK, J. P. *Educa o Física e Esportes Adaptados*. 3a Ed.: Barueri: Manole; 2004.

Notas sobre os autores

Maria Eloisa de Oliveira
Universidade Positivo, meo.medo2000@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8601-0108>

NOME: Pauline Peixoto Iglesias Vargas
Universidade Federal do Paraná, piglesiasvargas@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6756-4674>

André Mendes Capraro
Universidade Federal do Paraná, andrecapraro@onda.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3496-3131>

Recebido em: 03/12/2020
Reformulado em: 11/02/2021
Aceito em: 18/02/2021